

Um museu no quintal contra a exclusão socioterritorial: Patrimônio, memória e história na luta da comunidade da boa esperança.

Jóina Freitas Borges, Raimundo Pereira da Silva Filho y Andressa Paôlla dos Santos Mata.

Cita:

Jóina Freitas Borges, Raimundo Pereira da Silva Filho y Andressa Paôlla dos Santos Mata (2019). *Um museu no quintal contra a exclusão socioterritorial: Patrimônio, memória e história na luta da comunidade da boa esperança*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/1262>



Um museu no quintal contra a exclusão socioterritorial: Patrimônio, memória e história na luta da comunidade da boa esperança.

Jóina Freitas Borges
Raimundo Pereira da Silva Filho
Andressa Paôlla dos Santos Mata

Resumo

Este trabalho visa discutir a criação de um museu comunitário, como estratégia de luta desenvolvida pela comunidade que habita a avenida Boa Esperança, cidade de Teresina (Piauí - Brasil), frente ao processo de exclusão socioterritorial pelo qual passa devido um projeto de “urbanização”, movido pela prefeitura da cidade, que prevê o reassentamento involuntário de centenas de pessoas. Uma parte dos atingidos se mobilizou através do Centro de Defesa Ferreira de Sousa e, junto a pesquisadores e outras pessoas favoráveis à causa da comunidade, vêm lutando pela permanência dos moradores que não concordam com as desapropriações, já em curso, realizadas pela prefeitura. A criação de um museu no quintal dos moradores, se justificou como um marco territorial, uma forma de evidenciar fisicamente o rico patrimônio imaterial existente na comunidade, repleto dos saberes de pescadores, horticultores, oleiros, artesãos, umbandistas, dentre outros, além da história da cidade, já que ali foi o local onde surgiu Teresina. A avenida fica em uma região privilegiada, próxima ao encontro dos dois rios que banham o município (Parnaíba e Poti), sendo de importância ecológica, turística e econômica para os moradores da região, que utilizam as vazantes do rio Parnaíba para a agricultura. O objetivo principal do trabalho é entender como o patrimônio é agenciado pela comunidade, que reivindica através das categorias da memória e da história, a legitimidade de sua ocupação naquele espaço, o qual, segundo a prefeitura, “é área nobre”, deixando implicitamente subentendido que uma comunidade de baixa renda não teria direito a habitar aquela região.

Palavras chave

Exclusão socioterritorial; Memória; Comunidade.

Introdução

Há alguns meses, Maria Lúcia de Oliveira Sousa, presidente do Centro de Defesa Ferreira de Sousa, clamou: “Um museu no quintal, porque o quintal é lugar de sobrevivência”. Maria Lúcia se referia ao quintal da casa de sua mãe e de alguns vizinhos, ao explanar sobre o museu que ela e sua comunidade pretendiam construir, como forma de mostrar à Prefeitura Municipal de Teresina (Piauí – Brasil), que ali existia



cultura, história, memória, arte e dentre muitas outras coisas, vida: vida de pessoas que têm direito de usufruir da própria cidade, assim como quaisquer outras cidadãs e outros cidadãos do mundo.

O tempo passou e o projeto do museu caminhou, não da maneira como as moradoras e os moradores que resistem ao “Programa de Requalificação Urbana e Ambiental da região Norte do Município de Teresina” (Teresina, 2015; 2018), chamado popularmente de Programa Lagoas do Norte – PLN, desejariam. Sem dinheiro de políticos, sem recursos de empresários, apenas com a mobilização da comunidade e dos e das parceiras que foram elencando ao longo de sua trajetória, já possuem mais de quarenta peças de acervo, que funciona como um museu itinerante; um projeto arquitetônico; e muitos braços para trabalhar no projeto.

A apropriação do museu como espaço de luta contra a exclusão socioterritorial, será analisada aqui, principalmente a partir do esforço comunitário no enfrentamento ao neoliberalismo, usando a comparação realizada pela professora Catherine Walsh⁴, no II Seminário de Formação Política do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Movimentos Sociais e Culturas – GPMC, quando comparou o capitalismo à Hidra de Lerna, um monstro mitológico de sete cabeças, as quais, ao serem cortadas, outras tantas cabeças nascem no mesmo lugar. Ou seja, na disputa desigual, entre comunidade e prefeitura, que já dura mais de cinco anos, a comunidade, em cada vitória alcançada, tem que reinventar suas armas, cada vez que a feroz Hidra recria novas cabeças.

Walsh (2018) também se refere à luta contra o capitalismo como um trabalho sobre fissuras, um trabalho de abrir gretas, através de gritos e resistências, e de semear essas gretas com outras possibilidades de ser, existir, pensar... É isso que a comunidade da Boa Esperança está fazendo, seu museu é uma pequena fenda no muro de um programa neoliberal de urbanização excludente, realizado pela prefeitura da cidade, uma pequena fenda semeada de ideais coletivos que propõem um outro uso, mais democrático, para os lugares ditos “nobres” da cidade. Uma fenda semeada de esperança de uma outra possibilidade de cidade, que sem dúvida florescerá e dará bons frutos, entre os quais estão as possibilidades de visibilidades de histórias, memórias e patrimônios culturais que foram e são subalternizados pelas estruturas dominantes.

A pesquisa segue os pressupostos da arqueologia colaborativa e comunitária, que têm por principal escopo a realização de pesquisas que respeitem as demandas das



comunidades, e na medida do possível se proponha a atendê-las, com projetos que visam à participação comunitária desde as etapas iniciais até a gestão comunitária de acervos.

Em termos metodológicos, a prática colaborativa possui algumas estratégias fundamentais: 1) promover a interação social entre a equipe de pesquisa e a comunidade local; 2) manter a presença da equipe na área ao longo da pesquisa; 3) buscar recursos para beneficiar a comunidade local; 4) manter a comunidade inteirada sobre os procedimentos e andamento da pesquisa; 5) permitir o acesso fácil da comunidade aos vestígios arqueológicos coletados (Silva; Bespalez; Stuchi, 2011, p. 37).

Nesse sentido, a pesquisa tem por proposta metodológica a intervenção. Como coloca Lourau (1993, p.9, grifos do autor): "[...] Quase todas as ciências estão baseadas na noção de não implicação ou desimplicação. As 'teorias da objetividade' se baseiam na 'teoria' da neutralidade [...]", a desimplicação. Mas a proposta aqui adotada é a da "implicação", ou seja, a produção científica não é, nem pode ser desligada da política, a produção científica é ela própria é um posicionamento político. Sendo assim, cientes do protagonismo da Comunidade da Av. Boa Esperança, através da ação de sua associação de moradores organizados no Centro de Defesa Ferreira de Sousa, a presente proposta busca contribuir para a luta da comunidade pelo seu direito à moradia e direito ao seu lugar, onde exercem suas atividades diárias e onde reconhecem seu patrimônio natural, histórico e cultural.

A colonialidade engolindo patrimônios

Nossa abordagem parte das premissas da perspectiva decolonial (Lander, 2005; Walsh, 2013; Figueiredo; 2007; 2010) a qual não pode ser considerada como teoria, ou paradigma.

A decolonialidade é sobretudo uma práxis. Foi uma perspectiva que se desenvolveu na Academia há poucas décadas, porém, antes, foi uma atitude, um enfrentamento que ocorreu desde o primeiro momento em que os primeiros europeus invadiram a África, a América e o resto do planeta. Desde o primeiro momento houve o embate, a recusa, a revolta, o grito de "não". Desde o primeiro momento da conquista houve aqueles que lutaram contra a colonização. Esta não deve ser aqui entendida como um processo que findou com as emancipações políticas das colônias.

O colonialismo teve seu tempo marcado pela constituição de colônias, a partir do final do século XV, principalmente ao longo do século XVI, e seguintes, através das invasões



empreendidas pelas metrópoles europeias, as quais foram convenientemente chamadas pela história de “colonizações”, cujo fundamento era a exploração das pessoas, dos territórios, da natureza, através de práticas de violência que impunham a supressão de culturas, a rapina das riquezas materiais e a violentação dos corpos, através da escravidão e da imposição de novos valores.

Tudo isso acontece, ainda, em escalas locais, com comunidades como a da avenida Boa Esperança que ainda são invadidas e ameaçadas em nome de um “progresso civilizador”.

A colonialidade, enquanto parte constitutiva da modernidade (Mignolo, 2005, p. 78), se mantém através da atualidade como uma das cabeças da Hidra mitológica do capitalismo, como colocado acima. A colonialidade se perpetuou, findado o colonialismo historicamente localizado, através de mecanismos não apenas político- econômicos, mas através da visão de mundo do “Ocidente” que se impôs como uma construção hegemônica de saberes, ou seja, se constituiu uma colonialidade de saberes, poderes e seres (entre os quais se inclui toda a natureza, não apenas a espécie humana).

Silva (2013, p. 479-480, tradução nossa) explica:

Pensadores desobedientes da América Latina têm concebido a colonialidade como o outro lado —oculto— da modernidade ocidental que instituiu e todavia sustenta, desde a conquista, os padrões de poder sobre a raça, o saber, o ser e a natureza. Por isso, a descolonização significou o processo de superação da colonização territorial — possessão colonial— enquanto que a “decolonialidade” significa o processo cultural de superação da colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza. A decolonialidade é uma espécie de descolonização —ontológica, epistemológica, metodológica e axiológica— cultural que rompe com as cadeias mentais (culturalmente invisíveis) que nos mantêm reféns da visão e pensamento — eurocêntricos/norte-americanos — que “naturalizam” os vários padrões globais de poder que operam sobre a raça, o saber, o ser y a natureza [...].

A proposta decolonial, assim, parte da premissa da colonialidade que sofremos em todos os níveis, para a partir dela, pensar os problemas e soluções que tangenciam nossa realidade. A proposta da decolonialidade é sempre situada, pensa a realidade a partir dos “gritos” (Walsh, 2018) de um lugar, é uma proposição que nasce da “[...] necessidade de viver, de pensar [...], sem o peso do capitalismo [...]”. Desta forma, surge como instrumental que nos ajuda a dialogar com outros sujeitos, principalmente da



América Latina, que também sofrem com os problemas causados pelo monstro do neoliberalismo e suas múltiplas cabeças.

A partir da colonialidade surgiu o sistema-mundo-moderno que trouxe o sistema capitalista focado no lucro e como consequência a imposição do padrão cultural europeu, causando a desvalorização das culturas e dos patrimônios locais. Esse sistema-mundo-moderno faz uso de programas de desenvolvimento econômico e urbanístico que visam, acima de tudo, o retorno financeiro e acabam causando impactos negativos naturais, culturais e socioeconômicos nas camadas populares menos favorecidas financeiramente.

A criação de espaços mais elitizados nas cidades, geralmente possui como consequência a desvalorização das comunidades e dos patrimônios locais, além de suas tradições, memórias e história, em detrimento dos ideais de “progresso” e “modernidade” que acompanham os programas de “reurbanização”, “revitalização”, “requalificação”, dentre outros eufemismos utilizados pelos empreendedores e governos, os quais, na grande maioria das vezes movem enormes contingentes populacionais para zonas periféricas das cidades.

Muitos projetos urbanísticos de modernização nas cidades brasileiras geralmente não respeitam os patrimônios locais, passando por cima de modos de existir, tradições, artes e saberes, protegidos por leis e pela Constituição Federal Brasileira (1988).

As comunidades atingidas pelas desapropriações urbanas procuram entender por que esses programas levam o nome de “revitalização”, como se já não houvesse vida naqueles espaços; por que pregam uma “reurbanização” para outros moradores e não para os que já moram nas áreas atingidas? Assim, em muitos dos casos, as comunidades se organizam e criticam a realização dos projetos de “desenvolvimento urbano”, reivindicando o seu direito ao espaço, à sua moradia, e inclusive o direito de usufruir da cidade.

Um exemplo em questão é o caso da comunidade residente à avenida Boa Esperança, localizada no Bairro São Joaquim na zona norte de Teresina, Piauí, que sofre com o projeto de duplicação da avenida e ampliação do dique que faz parte do “Programa de Requalificação Urbana e Ambiental da Região Norte do Município de Teresina” chamado popularmente de Programa Lagoas do Norte - PLN, o qual traz como consequência a desapropriação de inúmeras famílias¹ sob o pretexto do



desenvolvimento nas áreas diretamente afetadas, sobretudo para a população que possui uma baixa renda (Teresina, 2015).

Não obstante, se o objetivo do PLN envolve a população de baixa renda da região, por que não “requalificar” o espaço com e para essa população sem que seja necessário que saiam de suas próprias residências? Aqueles populares que desejam permanecer em suas casas, alegam que o real objetivo do PLN é retirar as famílias de baixa renda do local, que se tornou uma área nobre, devido a sua localização privilegiada (próximo ao centro da cidade, aeroporto e shoppings centers, além da beleza paisagística), para tornar a região uma área de lazer e turismo para as classes média e alta, e assim ocorrer a especulação imobiliária.

Ao PLN não importam os laços que os moradores possuem com a terra, com suas memórias e com os vastos patrimônios que a região possui, os quais irão ser destruídos e/ou danificados com a implantação do programa, os quais são patrimônios culturais de diversas ordens: material e imaterial, arqueológico, ecológico, histórico e científico.

A região atingida possui aproximadamente, 1198 hectares, e além de situar à margem dos Rios Parnaíba e Poty, ambos protegidos ambientalmente por legislação federal, abriga um conjunto de lagoas naturais e artificiais, possuindo flora e fauna bastante variadas para uma zona urbana do porte de Teresina (mais de 860 mil habitantes), sendo assim de grande importância ecológica.

Além da questão ambiental, nesta região existiu o primeiro núcleo de ocupação colonial da cidade, sendo assim, marco histórico para a capital do estado, e, antes, possui importância em relação à referência a ocupação indígena dos índios Potis no século XIX (Alencastre, 1855), se constituindo, desta forma, num potencial arqueológico.

Como muitos moradores relatam, na década de 1960 muitas pessoas migraram para a região:

O grande número de atividades realizadas na região Norte (olarias, produção de potes, extração de areia e seixo, vacarias, pesca, agricultura nas vazantes) da cidade favoreceram a atração de moradores de cidades vizinhas que, seduzidos pelo “cheiro” de progresso, acabam por provar o “gosto amargo” da miséria (Silva Filho, 2011, p.13).

Assim, o local se tornou rico de memórias, saberes e fazeres que não apenas são importantes por se constituírem em epistemologias locais, mas também porque foram



as pessoas residentes na região que se instituíram em importante mão-de-obra que ajudou a construir e “modernizar” a cidade de Teresina

O lugar também possui importância religiosa, com muitos praticantes de religiões de matrizes africanas, onde surgiram as primeiras casas de Umbanda da cidade, as quais, como patrimônio cultural também são protegidas por lei federal.

Lutar pelo patrimônio encontrado na Avenida Boa Esperança é uma luta decolonial. É ressaltar os saberes e práticas locais, e protegê-los dos avanços neoliberais.

Um museu como meio de luta

A noção do patrimônio como instrumento de luta ocorre junto ao alargamento do conceito de patrimônio cultural, e aos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, os quais trazem uma definição do patrimônio cultural, reconhecimento, proteção e valorização das manifestações das culturas populares, indígenas e quilombolas e os demais grupos formadores da história nacional (BRASIL, 1988).

De certo sempre existiu resistência popular contra programas urbanísticos que ameaçavam as formas de vida e memórias de comunidades e grupos. Justamente essa resistência, na forma de pressão dos movimentos sociais, causou as mudanças na legislação brasileira. Porém, a subalternização e invisibilização de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, dentre outras, causadas pela colonialidade de poder, saber e ser, sempre tornou tal luta muito difícil.

A partir do momento em que houve o reconhecimento da importância cultural de todos os grupos formadores da sociedade brasileira, na Constituição Federal, surgiu o uso do patrimônio, por parte das comunidades, como ferramenta que ajudou a fortalecer os argumentos contra os ataques do capital. Conforme a Constituição:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;*
- II - os modos de criar, fazer e viver (...);*

Assim, as comunidades e grupos, se viram amparados constitucionalmente para se defenderem, defenderem suas famílias, suas histórias, os seus modos de fazer, saber



e viver, além das suas memórias e as memórias dos seus antepassados. Atualmente as comunidades lutam usando o seu patrimônio como escudo e motivo para continuarem tentando fazer a lei ser cumprida pelo próprio Estado que possui isso como dever.

O museu comunitário, surge, então, como uma ferramenta de luta viável por conta dele ser uma instituição cultural, social e conseqüentemente política, que faz uma ligação institucional do patrimônio com as pessoas, e assim ajuda nas ações político-sociais e conseqüentemente auxilia nas lutas sociais. O museu com esse caráter institucional amplo, chama a atenção das comunidades, que vêm nele uma oportunidade de “materialização” das suas práticas sociais intangíveis e tangíveis, uma vez que a musealização passa a ser o meio de valorizar lugares, conhecimentos, objetos, ou seja, patrimônios locais (Santos, 2019).

O processo que levou a utilização do patrimônio como instrumento de luta na comunidade da avenida Boa Esperança e, conseqüentemente a ideia de construir um museu, ocorreu por uma série de acontecimentos, que primeiro ajudaram no entendimento, por parte da comunidade, da importância da região e da riqueza de patrimônios existentes nela, e a partir desse entendimento a comunidade começou a enxergar no patrimônio um meio de proteção e uma nova forma de lutar.

Na região em questão, oleir@s, artesã@s, pescador@s, horticultor@s, descendentes de indígenas e afro-american@s, vivem, exercem suas profissões, suas religiões (há vários terreiros de umbanda), seus modos de criar e fazer, e têm suas formas de expressão como autêntic@s representantes da população teresinense e dos grupos formadores da sociedade brasileira, cujo legado deve ser respeitado e protegido como Patrimônio Cultural, como coloca o a Constituição Federal.

A proposta da construção do museu no quintal foi uma forma que el@s encontraram de contar a sua própria história, ressaltar suas memórias e mostrar os patrimônios imateriais e manifestações culturais que possuem. Assim, o museu se torna uma prova formal que materializa história, memória e manifestações culturais, segundo Raimundo Pereira da Silva Filho, morador da comunidade e membro do Centro Ferreira de Sousa: “os próprios moradores com sua forma de viver são o museu da zona norte, um museu vivo”.

Para tanto, passaram a ressaltar e a patrimonializar peças do cotidiano comunitário, ferramentas de ofícios, peças religiosas, artísticas, objetos repletos de memórias das



peças da comunidade, assim como os saberes das pessoas da região: A bicicleta de um dos primeiros moradores, patriarca da família Ferreira de Sousa; as fôrmas onde eram feitos os tijolos que ajudaram a construir a região; lamparinas e ferros a brasa que remetem aos tempos onde não existia energia elétrica em todas as casas; bonecos carnavalescos; imagens religiosas, são alguns dos objetos que compõem o acervo do Museu da Resistência da Boa Esperança.

A proposta do museu não surgiu de forma linear, ela foi aflorando de acordo com a conscientização da comunidade em suas assembleias, a respeito da proteção legal do patrimônio cultural, através do contato com o técnico responsável do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, assim como estudantes, professoras e professores das Universidades Estadual e Federal que se tornaram parceiras e parceiros da comunidade.

O Museu foi pensando pela própria comunidade, como forma de criar um “marco físico” nas palavras da presidente da associação de moradores, Maria Lúcia de Oliveira Sousa, “no quintal, porque é no quintal que eles tiram sua sobrevivência”, uma maneira de manter as pessoas em suas casas e impedir que o Programa Lagoas do Norte tenha um impacto nas suas formas de criar, viver e fazer, as quais estão ligadas ao lugar que moram. Um instrumento de luta, o qual, ganha mais força por el@s mesmo terem pensado a ideia, tomarem a frente nas decisões e etapas do processo de construção do museu, que ainda está na sua fase inicial, e ser a própria comunidade que irá o levantar com a próprias mãos.

O museu pode ser visto de fato como uma tática, já que em sua proposta ele é pensado em três formatos: o físico, que poderá ser o lugar onde pessoas e turistas possam conhecer; o virtual, que todos poderão ter acesso via internet; e o itinerante, qual é levado até as pessoas através de exposições que já acontecem, denunciando as ações da prefeitura da cidade na região. Assim, de uma forma ou de outra, a história e patrimônios da comunidade poderão vistos e conhecidos por todos da cidade de Teresina, além de já estar sendo divulgados no país a fora e no mundo.

O museu também irá trazer uma visibilidade à comunidade, que antes não existia de forma positiva. A prefeitura da cidade sempre se referia aos moradores da região como pessoas “pobres”, marginalizando jovens e praticantes de religiões de terreiro. Agora, com a patrimonialização de seus bens culturais, com a ênfase nas memórias das pessoas do lugar como partícipes no processo de construção da cidade, com a valorização de



suas histórias, seus cotidianos repletos de tradições e costumes que refletem importantes modos de viver junto às vazantes dos rios, outras pessoas da cidade começam a olhar para a região como um local importante na sua constituição histórica e patrimonial.

Considerações finais: Na Resistência a Esperança

O Museu da Resistência da Esperança fortalece a luta, valoriza a história e o modos de vidas dos moradores tanto para os visitantes como para eles mesmos. Depois de anos de implantação de algumas etapas do PLN, algumas batalhas foram perdidas (vários terreiros de umbanda desapropriados, muitas casas já derrubadas), porém algumas conquistas importantes também foram alcançadas. A comunidade várias vezes conseguiu parar o projeto, embargando obras através de ações junto ao Ministério Público, e teve que ser escutada pela Prefeitura por diversas vezes.

Agora sendo vistos como comunidade organizada, apesar de toda situação de estresse e cansaço causados, tem mais um motivo para se valorizarem, valorizar a sua história e, assim, defendê-la mais ferozmente, uma vez que em uma situação de ameaça o sentimento de valorização e busca por tal, fortifica a luta.

A constituição do próprio museu, com objetos pessoais dos moradores, contribui para a auto-estima de uma população, que assim como seus conhecimentos, tradições, religiosidade e modo de viver sempre haviam sido marginalizados pelo poder público e demais setores elitizados da cidade.

Ter um museu seu, com suas coisas, com suas obras, com sua história, tem contribuído para mais moradoras e moradores se engajarem na luta contra as desapropriações da prefeitura, pois passaram a sentir que, sim, têm importância para a história da cidade, no passado, no presente e no futuro.

Notas

¹Conferência proferida durante a mesa “O que é pedagogia decolonial” durante o II Seminário de Formação Política do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Movimentos Sociais e Culturas – GPMC, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, em setembro de 2018, cujo tema do encontro era “Pesquisar, desobedecer e agir para o bem viver”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pw8MqYauzc0>. Acesso em 04/11/2019.



²Em razão do projeto atualmente passar por uma fase de reformulação não existe ainda uma estimativa para a quantidade de famílias que serão impactadas, porém no antigo projeto, que era somente de duplicação da Avenida, a estimativa das famílias que iriam ser atingidas eram 2.180.

Referências Bibliográficas

D'Alencastre, José Martins Pereira. Memoria, chronologica, historica e corografica da Província do Piahy (1855). In: *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. t. XX, 1º trim. 1857, Rio de Janeiro: Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 1857. (Nendeln/Liechtenstein: Kraus Reprint, 1973).

Figueiredo, João Batista de A. (2010). Colonialidade e descolonialidade: uma perspectiva eco-relacional. *Entrelugares: Revista de Sociopoética e Abordagens Afins*, v. 2, p. 1-25.

Figueiredo, João Batista de A. (2007). *Educação ambiental dialógica: as contribuições de Paulo Freire e a cultura sertaneja nordestina*. Fortaleza: Edições UFC.

Gonçalves, Carlos Walter Porto. (2006) . Geografia de violência no campo brasileiro: O que dizem dos dados de 2003. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº75, p. 139-169.

Lander, Edgardo (org.). (2005). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO.

Lourau, René. (1993). *Análise Institucional e práticas de pesquisa-René Lourau na UERJ*. Rio de Janeiro: UERJ.

Melo, Douglas Brandão de; Carvalho, Rita de Cássia Moura. (2016). Relações entre patrimônio cultural e museus: um referencial teórico para o desenvolvimento. *Mosaico*, Volume 7, Número 10, p. 2-17, 2016.

Mignolo, Walter D. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: Lander, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino- americanas..* Buenos Aires: CLACSO. p. 71-103.

Santos, Andressa Paôlla.(2019). Patrimônio como instrumento de luta: Museu comunitário da Boa Esperança. Teresina: UFPI (TCC).

Silva Filho, Raimundo P. (2011). *Do campo brilhante ao pau-de-moça: as memórias e a histórias da rua Rui Barbosa nas décadas de 1960 e 1970*. Teresina: FAP. (Monografia).

Silva, Fabíola Andréa; Bespalez, Eduardo; Stuchi, Francisco Forte. (2011). Arqueologia colaborativa na Amazônia:terra indígena Kuatinemu, rio Xingu, Pará. *Amazônica-Revista de Antropologia*, v. 3, n. 1.



Silva, José de Souza. (2013). La pedagogía de la felicidad en una educación para la vida: El paradigma del “buen vivir”/“vivir bien” y la construcción pedagógica del “día después del desarrollo”. In: WALSH, Catherine (ed.). *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Quito: Ediciones Abya-Yala. p. 469-508.

Teresina. Prefeitura Do Município. (2015). Secretaria Municipal De Planejamento. Programa Lagoas do Norte: Cartilha. Teresina: SEMPLAN.

Teresina. Prefeitura do Município. (2018). *Programa Lagoas Do Norte*: Elaboração dos Projetos Básicos e Executivos das Obras de Requalificação Urbana e Ambiental e Plano de Reassentamento das Áreas 2,3 e 4 da Região Lagoas do Norte – Município de Teresina/PI. Relatório: Projeto Executivo Pacote de Licitação - Prioridade 9 Setor Urbanístico: Lagoas dos Oleiros, Piçarreira, São Joaquim e Mafrense.

Walsh, Catherine. Introducción. (2013). Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos.(ed.). *Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Quito: Ediciones .